

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)		Nota	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		4	114.311	38.221
Concessionárias		5	31.225	
Impostos e contribuições sociais		6	43.310	16
Outros créditos		9	3.051	494
Total do Ativo Circulante			191.897	38.731
Não circulante				
Impostos e contribuições sociais		6	109.026	92.965
Tributos diferidos		7	169.454	164.118
Outros créditos		9	2.386	2.364
			280.866	259.447
Imobilizado		10	3.205.966	2.318.753
Intangível		11	71.855	64.555
			3.277.821	2.383.308
Total do Ativo Não circulante			3.558.687	2.642.755
TOTAL DO ATIVO			3.750.584	2.681.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)		Nota	2017	2016
Receitas		18	2.478	-
Custo da produção e do serviço de energia elétrica		19		
Custo do serviço de energia elétrica			(492)	
Custo de operação			(17.169)	
			(17.661)	-
Resultado bruto			(15.183)	-
Despesas e Receitas operacionais		19		
Despesas gerais e administrativas			(527)	(10.457)
Depreciações e amortizações			(4)	
Outras despesas e receitas operacionais			(21)	(460.236)
			(552)	(470.693)
Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos			(15.735)	(470.693)
Resultado financeiro		20		
Receitas financeiras			685	972
Despesas financeiras			(645)	(1.335)
			40	(363)
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro			(15.695)	(471.056)
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda e contribuição social diferidos		21	5.336	160.159
			5.336	160.159
Prejuízo do exercício			(10.359)	(310.897)
Resultado por ação atribuível aos acionistas				
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)				
ON			(0,00533)	(0,29911)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2017	2016
Prejuízo do exercício		(10.359)	(310.897)
Resultado abrangente do exercício		(10.359)	(310.897)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2017	2016
Geração do valor adicionado		904.511	1.382.791
Receita operacional		2.857	
Receita relativa à construção de ativos próprios		901.654	1.382.791
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(724.195)	(1.686.025)
Custos da energia comprada			
Encargos de uso da rede elétrica		(880)	
Materiais		(484.641)	(868.475)
Serviços de terceiros		(233.651)	(315.723)
Outros custos operacionais		(5.023)	(501.827)
Valor adicionado bruto		180.316	(303.234)
Retenções			
Depreciações e amortizações		(7.054)	
Valor adicionado líquido produzido		173.262	(303.234)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		6.681	7.552
Valor adicionado total a distribuir		179.943	(295.682)
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		23.360	12.940
Benefícios		545	310
FGTS		331	630
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		(4.753)	(159.786)
Estaduais		721	51
Municipais		15	30
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		169.768	160.704
Aluguéis		315	336
		190.302	15.215
Prejuízo do exercício		(10.359)	(310.897)
		179.943	(295.682)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
A Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia ou São Manoel) foi constituída em 16 de julho de 2013 sob forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social planejar, construir, operar, manter e explorar as instalações da Usina Hidrelétrica São Manoel (UHE São Manoel), no rio Teles Pires, localizada entre os estados do Mato Grosso e do Pará e executar outras atividades correlatas ao seu objeto social.

1.1 Concessão
Em 10 de abril de 2014, a Companhia assinou junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/14 que regula o direito de concessão da UHE São Manoel. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade	Energia	Concessão	
				(MWm)	(MWm)	Início	Término
São Manoel	PA	Produtor Independente	Concessão	700,0	424,5	10/04/14	10/04/49

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Teles Pires sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 424,5 MWm, 289,5 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos e 90 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Livre - ACL pelo prazo de 20 anos, ambos a partir de maio de 2018. O preço estabelecido no Contrato de Concessão para o ACR é de R\$83,49 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Uso do bem público

Como pagamento pelo Uso do bem público, objeto do Contrato de Concessão, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora ou a partir do início da entrega da energia objeto do CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da concessão, parcelas mensais correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$2.789 corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, utilizando-se o IPCA. Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$44.290 (R\$40.264 em 31 de dezembro de 2016) (Nota 15). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia, a partir de dezembro de 2017, aplicará anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

1.1.3 Cronograma de operação comercial

De acordo com projeto básico aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.244/16, o cronograma para a entrada em operação comercial da UHE São Manoel era o seguinte:

Unidade geradora (UG)	Data
UG 1	01/01/18
UG 2	01/03/18
UG 3	01/05/18
UG 4	01/07/18

Contudo, conforme descrito nas notas 3.10 e 28.1, as UG1 e UG2 tiveram suas entradas em operação antecipadas em 28 de dezembro de 2017 e 19 de janeiro de 2018.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 24 de janeiro de 2018.

		Nota	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores		12	16.911	14.492
Impostos e contribuições sociais		6	10.559	7.066
Debêntures		13	336.492	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		14	5.195	3.928
Uso do bem público		15	3.336	
Provisões		16	16.829	37.199
Outras contas a pagar		9	5.311	5.909
Total do Passivo Circulante			394.633	68.599
Não circulante				
Debêntures		13		292.223
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		14	1.346.600	1.014.508
Uso do bem público		15	40.954	40.264
Provisões		16	23.364	10.505
Outras contas a pagar		9	1	1
Total do Passivo Não circulante			1.410.919	1.357.501
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social		17.1	2.273.974	1.573.974
Prejuízos acumulados			(328.942)	(318.583)
Total do Patrimônio Líquido			1.945.032	1.255.391
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			3.750.584	2.681.486

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		Nota	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro			(15.695)	(471.056)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciações e amortizações			7.054	
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados			87	
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária			10	
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária			(561)	(545)
Provisão para perda no valor recuperável dos ativos				460.236
			(9.105)	(11.365)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Concessionárias			(31.225)	(28.405)
Impostos e contribuições sociais compensáveis			(61.963)	(23.405)
Outros ativos operacionais			(2.579)	403
			(95.767)	(23.002)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores			2.419	1.258
Outros tributos e contribuições sociais			6.662	(4.966)
Encargos Setoriais			104	
Provisões			(64.623)	(63.182)
Outros passivos operacionais			(712)	2.064
			(56.150)	(64.826)
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais			(161.022)	(99.193)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao Imobilizado e Intangível			(681.902)	(1.202.043)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento			(681.902)	(1.202.043)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital social			700.000	1.256.974
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures			219.655	1.789.853
Amortização de debêntures				(1.532.050)
Pagamentos de encargos de dívidas			(641)	(223.182)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		24.1	919.014	1.291.595
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			76.090	(9.641)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			114.311	38.221
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			38.221	47.862
			76.090	(9.641)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)		Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		317.000	(7.686)	309.314
Aumento de capital - AGE 21/01/2016		228.000		228.000
Aumento de capital - AGE 12/02/2016		55.000		55.000
Aumento de capital - AGE 03/03/2016		135.000		135.000
Aumento de capital - AGE 04/04/2016		117.000		117.000
Aumento de capital - AGE 20/05/2016		67.000		67.000
Aumento de capital - AGE 24/06/2016		89.974		89.974
Aumento de capital - AGE 29/07/2016		170.000		170.000
Aumento de capital - AGE 04/08/2016		196.000		196.000
Aumento de capital - AGE 06/09/2016		74.000		74.000
Aumento de capital - AGE 31/10/2016		45.000		45.000
Aumento de capital - AGE 22/12/2016		80.000		80.000
Prejuízo do exercício			(310.897)	(310.897)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.573.974	(318.583)	1.255.391
Capital social		1.573.974	(318.583)	1.255.391
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.573.974	(318.583)	1.255.391
Aumento de capital - RCA 16/01/2017			-	-
Aumento de capital - AGE 24/02/2017		105.000		105.000
Aumento de capital - AGE 12/05/2017		200.000		200.000
Aumento de capital - AGE 12/06/2017		95.000		

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10.2 Composição do imobilizado

	Taxa média de depreciação %	31/12/2017			31/12/2016	
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Imobilizado em serviço						
Geração						
Reservatórios, barragens e adutoras	3,18	965.188	(2.560)	962.628		
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,20	1.138.116	(3.031)	1.135.085		
Máquinas e equipamentos	3,38	453.864	(1.280)	452.584		
		2.557.168	(6.871)	2.550.297	-	-
Sistema de Transmissão e Conexão						
Máquinas e equipamentos	3,17	13.229	(35)	13.194		
		13.229	(35)	13.194	-	-
Administração						
Máquinas e equipamentos	32,81	613	(17)	596		
Veículos	14,29	1.953	(23)	1.930		
Móveis e utensílios	16,42	656	(9)	647		
		3.222	(49)	3.173	-	-
		2.573.619	(6.955)	2.566.664	-	-
Total do imobilizado em serviço						
Imobilizado em curso						
Geração		639.302		639.302	2.318.753	2.318.753
		639.302	-	639.302	2.318.753	2.318.753
Total do imobilizado em curso						
Total imobilizado tangível		3.212.921	(6.955)	3.205.966	2.318.753	2.318.753

10.3 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido Nota em 31/12/2016	Ingressos (Nota 10.3.1)	Juros Transf. para capital- imobilizado zados (a)	Depre- ciação em serviço	Reclas- sificação	Valor líquido em 31/12/2017
Imobilizado em serviço						
Reservatórios, barragens e adutoras	-		965.188	(2.560)		962.628
Edificações, obras civis e benfeitorias	-		1.138.116	(3.031)		1.135.085
Máquinas e equipamentos	-		467.706	(1.332)		466.374
Veículos	-		2.040	(87)	(23)	1.930
Móveis e utensílios	-		656	(9)		647
Total do imobilizado em serviço	-	-	2.573.706	(6.932)	(87)	2.566.664
Imobilizado em curso						
Terrenos	19.932	15.389				35.321
Reservatórios, barragens e adutoras	1.197.532		(965.188)		(220.115)	12.229
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.673		(1.138.115)		1.132.442	-
Máquinas e equipamentos	363.735	5.822	(467.707)		467.705	369.555
Adiantamento a fornecedores	786.953				(725.172)	61.781
A ratear	376.478	684.219	163.770		(942.413)	282.054
Redução no valor recuperável dos ativos	10.1 (460.236)				335.052	(125.184)
Outros	28.686		(2.696)		(22.444)	3.546
Total do imobilizado em curso	2.318.753	705.430	163.770	(2.573.706)	-	639.302
Total do imobilizado	2.318.753	705.430	163.770	(6.932)	(87)	3.205.966

(a) Os juros capitalizados estão líquidos dos rendimentos das aplicações financeiras (Nota 20).

10.3.1 Ingressos

Construção UHE São Manoel

A Companhia celebrou, em 17 de fevereiro de 2014, um contrato de *Engineering Procurement and Construction* - EPC na modalidade *turn key* pleno com um consórcio constituído pelas empresas CONSTRAN S.A. Construções e Comércio e UTC Engenharia S.A., para a construção da UHE São Manoel. Conforme descrito na nota 3.2, em 13 de janeiro de 2017 a Companhia realizou a troca do consórcio contratando a Cesbe S.A. Engenharia e Empreendimentos, responsável pela conclusão das obras civis, e a Alstom Energias Renováveis Ltda., responsável pela conclusão da montagem eletromecânica.

O investimento total previsto para o projeto é de R\$4.058 milhões e a construção da UHE São Manoel tem evoluído de acordo com o cronograma previsto alcançando 99,61% de evolução física.

A Licença de Instalação - LI do projeto foi emitida em julho de 2014, sendo as obras iniciadas em agosto de 2014. Conforme descrito na nota 3.8, em 5 de setembro de 2017 foi emitida a Licença de Operação - LO, cujo montante relacionado a LI registrado no exercício representou R\$27.951.

13 Debêntures

13.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias							
									Circulante	Circulante	Total	Não circulante	Não circulante	Total		
					3ª emissão	Investimento										
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	2.800.000	0,1	280.000	15/08/2016	15/12/2018	CDI + 4,35%	Principal e juros em parcela única no vencimento	a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e da CTG Brasil, referentes às suas participações; b. Fiança Corporativa da Eletrobrás, referente à participação de Furnas.	57.562	280.000	337.562	14.359	280.000	294.359	
(-) Custos de emissão								Amortização mensal				(1.070)	(1.070)		(2.136)	(2.136)
Total										57.562	278.930	336.492	14.359	277.864	292.223	

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

13.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2016	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2017
Principal	-		280.000		280.000
Juros	-	1.605	55.957		57.562
Custo de transação	-		(2.136)	1.066	(1.070)
	-	1.605	333.821	1.066	336.492
Não circulante					
Principal	280.000		(280.000)		-
Juros	14.359	41.598	(55.957)		-
Custo de transação	(2.136)		2.136		-
	292.223	41.598	(333.821)	-	-

13.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2018	336.492
Total	336.492

A emissão de Debêntures feita pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão do contrato estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto da emissão.

(i) dissolução, liquidação ou extinção da Emissora e/ou de cada uma das Fiaadoras;

14 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

14.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias							
									Circulante	Circulante	Total	Não circulante	Não circulante	Total		
Moeda nacional																
					a. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização, apurado anualmente em 31 de dezembro, a ser entregue junto com as demonstrações de resultado, até o 1º dia útil de maio.				a. Penhor de Ações; b. Cessão Fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios; c. Cessão Fiduciária dos direitos creditórios de Furnas; e d. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil e da Eletrobras (solidária à participação a partir de Furnas) e Fiança Bancária da CTG Brasil, proporcionais às suas participações.	5.195	1.371.296	1.376.491	3.928	1.036.978	1.040.906	
BNDES				11/08/2016 a	Implementação do projeto de construção da UHE São Manoel	b. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20%, apurado anualmente em 31 de dezembro, a ser entregue junto com as demonstrações de resultado, até o 1º dia útil de maio.	T.U.P. + 2,88%	Principal e Juros mensais				(24.696)	(24.696)	(22.470)	(22.470)	
FINEM	1.314.000	11/08/16	1.236.350	15/12/2038								1.346.600	1.351.795	3.928	1.014.508	1.018.436
(-) BNDES FINEM - Custos de Transação				11/08/2016 a												
				15/12/2038												
Total										5.195	1.346.600	1.351.795	3.928	1.014.508	1.018.436	

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

14.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2016	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integrais	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2017
Juros	3.928		(641)	99.230	(98.330)		1.974	1.008	5.195
Custo de transação	-					(1.974)	1.974		-
	3.928	-	(641)	99.230	(98.330)	(1.974)	1.974	1.008	5.195
Não circulante									
Principal	1.036.978	223.855			98.330		1.974	12.133	1.371.296
Custo de transação	(22.470)	(4.200)							(24.696)
	1.014.508	219.655	-	-	98.330	1.974	-	12.133	1.346.600

14.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2018	5.195
Total	5.195
Não circulante	
2019	64.168
2020	66.509
2021	66.609
2022 até 2026	334.698
2027 até 2032	405.296
2033 até 2037	340.825
Após 2037	68.504
	1.346.600
Total	1.351.795

15 Uso do bem público - UBP

O UBP é um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento do UBP foi efetuado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em 14 de agosto de 2014, pois a LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 11) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2016	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias		Saldo em 31/12/2017
			Transferência	Transferência	
Circulante					
Uso do Bem Público	-	(105)	40	3.401	3.336
	-	(105)	40	3.401	3.336
Não circulante					
Uso do bem público	40.264	1.285	2.806	(3.401)	40.954
	40.264	1.285	2.806	(3.401)	40.954

11 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

11.1 Composição do intangível

	Taxa média de amortização %	31/12/2017			31/12/2016	
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Intangível em serviço						
Geração						
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,18	44.290	(117)	44.173		
		44.290	(117)	44.173	-	-
Administração						
Software	20	297	(5)	292		
		297	(5)	292	-	-
Total do intangível em serviço		44.587	(122)	44.465	-	-
Intangível em curso						
Geração		27.390		27.390	64.555	64.555
		27.390	-	27.390	64.555	64.555
Total do intangível em curso						
Total do Intangível		71.977	(122)	71.855	64.555	64.555

11.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido em 31/12/2016	Ingressos	Depreciações e amortizações	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2017
Software	-			(5)		(5)
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	-			(117)		(117)
Total do intangível em serviço	-			(1		

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa e Concessionárias.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada à administração desses ativos financeiros. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

	Nota	2017	2016
Classificação da instituição financeira			
AAA		52.299	16.358
AA		60.307	
	4	112.606	16.358

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

23.2.4 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARCON-PA, AGER-MT etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

23.2.5 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2017	31/12/2016
Total dos empréstimos e debêntures	1.688.287	1.310.659
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(114.311)	(38.221)
Dívida líquida	1.573.976	1.272.438
Total do Patrimônio Líquido	1.945.032	1.255.391
Total do capital	3.519.008	2.527.829
Índice de alavancagem financeira - %	44,73%	50,34%

	2017	2016
Total dos empréstimos e debêntures	17,1	1.573.974
(-) Caixa e equivalentes de caixa	1,1	700.000
Dívida líquida	15,0	873.974
Total do Patrimônio Líquido	13,1	1.255.391
Total do capital	44,7	50,3
Índice de alavancagem financeira - %	44,73%	50,34%

24 Demonstrações dos Fluxos de Caixa**24.1 Atividades de financiamento**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos passivos decorrentes das atividades de financiamento:

	Efeito não caixa			
	Varição			
	monetária e cambial	Valor justo	Adições	Saldo em 31/12/2017
Capital social				17,1
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	1.310.659	219.014	13,1
		2.884.633	919.014	13,1

24.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2017	2016
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures ao imobilizado	157.973	159.369
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	57.112	16.287
Constituição do Uso do Bem Público no intangível	4.026	5.092
Total	219.111	180.748

25 Compromissos contratuais e Garantias**25.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da UHE São Manoel.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2017					31/12/2016
	2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total geral	Total geral
	Responsabilidades com locações operacionais	35.728	961	17		36.706
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	489.181	4.193			493.374	907.234
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	171.648	222.857	173.955	439.310	1.007.770	930.344
	696.557	228.011	173.972	439.310	1.537.850	1.837.737

	31/12/2017					31/12/2016
	2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total geral	Total geral
	Responsabilidades com locações operacionais	35.728	961	17		36.706
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	489.181	4.193			493.374	907.234
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	171.648	222.857	173.955	439.310	1.007.770	930.344
	696.557	228.011	173.972	439.310	1.537.850	1.837.737

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otavio Assis Henriques Conselheiro	Antonio Eduardo Portela Ferreira da Costa Conselheiro	Yujun Liu Presidente	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro	Evandro Leite Vasconcelos Conselheiro
Carlos Alberto Rodrigues Carvalho Conselheiro	Claudio Danusio de Almeida Semprine Conselheiro		Claudio Guilherme Branco da Motta Conselheiro	Caio Pompeu de Souza Brasil Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente	Aljan de Abreu Machado Diretor
André Luiz de Castro Pereira Diretor	Luiz Otavio Assis Henriques Diretor

CONSELHO FISCAL

Felipe Há Jong Kim Conselheiro	Fernando B. R. Oliveira Conselheiro	Rodrigo Egreja Conselheiro
--	---	--------------------------------------

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o Parecer dos Auditores Independentes definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, e por considerarem que retratam a situação econômico-financeira da Companhia, por unanimidade, emitem parecer favorável às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2017, na forma ora apresentada.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2018.

FELIPE HA JONG KIM
Conselheiro Efetivo

FERNANDO BARRETO REZENDE DE OLIVEIRA
Conselheiro Efetivo

RODRIGO TEIXEIRA EGREJA
Conselheiro Efetivo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Empresa de Energia São Manoel S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia São Manoel S.A. («Companhia»), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Energia São Manoel S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, no julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos em sua auditoria do exercício corrente. O assunto a seguir foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Avaliação da perda por redução ao valor recuperável (impairment) (Nota 10.1)	

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos classificados no grupo do imobilizado somavam o montante de R\$ 3.206 milhões, líquidos de R\$460 milhões de perdas por redução ao valor recuperável contabilizadas no exercício anterior, calculado em decorrência do aumento do custo de construção previsto devido à substituição do consórcio construtor da UHE São Manoel.

Em 2017, a Companhia executou novamente teste de recuperabilidade dos ativos da Companhia, não identificando a necessidade de reversão ou complemento ao valor registrado no exercício de 2016.

Consideramos essa área o principal assunto de nossa auditoria pela relevância dos valores do imobilizado e pelo fato da determinação da necessidade de reversão ou complemento da perda por redução ao valor recuperável envolver julgamentos significativos. Esses julgamentos incluíram projeções em relação a resultados futuros, utilização de premissas, tais como o direito de indenização de seguro contratado, além da determinação de taxa de desconto.

Entre outros, executamos os procedimentos de auditoria descritos a seguir, com o apoio de nossos especialistas em *corporate finance*. Indagamos a respeito do desempenho do novo consórcio construtor, das principais premissas utilizadas, solicitando análises, opinião de assessores legais e estudos que deram base para as estimativas mais críticas; e da taxa de desconto utilizada, confrontando-as com as taxas usadas por empresas comparáveis.

Consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e os dados e informações por nós observados são consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Outros assuntos
Demonstração do Valor Adicionado
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2017, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2017					31/12/2016
	2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	35.728	961	17		36.706	159
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	489.181	4.193			493.374	907.234
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	171.648	222.857	173.955	439.310	1.007.770	930.344
	696.557	250.488	220.098	829.105	1.873.727	2.116.216

25.2 Garantias**Tipo de garantia oferecida**

	Modalidade		31/12/2017	31/12/2016
Fiança Bancária	Empréstimos e financiamentos	Outros	459.064	346.839
Fiança corporativa	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	918.154	693.782
Penhor de Ações	Empréstimos e financiamentos		337.708	294.363
Seguro garantia	Executante construtor		2.273.974	1.573.974
			100.175	80.253
			4.089.315	2.989.211

26 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	26.036	26.036		
Usinas	2.546.739	1.000.000		
Responsabilidade civil	105.000	105.000	70.000	70.000
Transportes (veículos)	1.600	1.600	1.600	1.600
Seguro de vida	17.451	(*)	13.669	(*)
Risco de engenharia	3.318.756	3.318.756	2.147.773	2.147.773

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$556 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.389.

A Companhia possui cobertura de Responsabilidade Civil, com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$20.000;

(ii) Responsabilidade civil engenharia, com cobertura de até R\$50.000;

(iii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$15.000; e

(iv) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$20.000.

A cobertura do seguro de Riscos de Engenharia (Usinas) compreende todo o período da obra (de 01 de julho de 2014 até previsão de 28 de fevereiro de 2018) incluindo o período de testes e comissionamentos.

Dentre os itens segurados, destacam-se: obras civis, instalações e montagem das máquinas e equipamentos, erros de projeto e do fabricante de máquinas e equipamentos, manutenção ampla, desentulho, tumultos, honorários de peritos, despesas de salvamento e contenção de sinistros.

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil possuem como segurados a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

27 Processo de investigação de atos ilícitos junto à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e suas investidas

Em 2016, no âmbito das investigações realizadas na Eletrobras e em suas investidas (que inclui Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas controladora em conjunto da Companhia), a Eletrobras contratou o escritório de advocacia Hogan Lovells para uma investigação independente com o objetivo de apurar a existência de eventuais práticas que afrontem a lei norte-americana anticorrupção, conhecida como Foreign Corrupt Practices Act ou a correspondente Lei Brasileira nº 12.846/13 em empreendimentos no setor elétrico.

Em conexão com as referidas investigações a Eletrobras solicitou à Companhia, em 5 de novembro de 2015, que a mesma disponibilizasse acesso a seus dados e informações para fazer parte das investigações.

Apesar de não existirem indícios de envolvimento em atos ilícitos pela Companhia, com o objetivo de atuar em conformidade com os elevados níveis de governança, integridade e transparência implementados na Companhia nas relações com a Eletrobras e Furnas, a Companhia autorizou esse acesso ao escritório independente Hogan Lovells em 26 de abril de 2016, assegurando os deveres fiduciários e de diligência da administração da Companhia.

No dia 8 de outubro de 2016 foi entregue, pelo escritório independente Hogan Lovells, o relatório da investigação relativo à Companhia com a conclusão de que os contratos de EPC da Companhia não foram afetados pelos atos ilícitos identificados em outros contratos da Eletrobras e suas investidas.

Em março de 2017, a Companhia recebeu notificação da Eletrobras para que fosse iniciada uma segunda fase no processo de investigação, referente ao exercício de 2016. Em maio de 2017 a Companhia autorizou a continuação dos trabalhos e, em 5 de outubro de 2017, foi entregue a minuta do relatório da segunda fase, relativo ao processo de investigação, concluindo, mais uma vez, não haver indícios de atos ilícitos ou de "má fé" em relação às ações de correção tomadas para recuperar o cronograma da obra e término do contrato de EPC anterior.

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil possuem como segurados a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil possuem como segurados a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil possuem como segurados a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil possuem como segurados a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil possuem como segurados a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil possuem como segurados a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil possuem como segurados a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil possuem como segurados a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil possuem como segurados a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil possuem como segurados a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil possuem como segurados a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil possuem como segurados a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil possuem como segurados a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil possuem como segurados a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil possuem como segurados a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil possuem como segurados